

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Presidente do Conselho

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MAURO GUIMARÃES — Diretor

MARCOS SÁ CORRÉA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

Mercado de Ilusões

AN C

Com a aprovação, pela Constituinte, da correção das aposentadorias, o Brasil começa a acertar as contas com os seus aposentados, e vice-versa. Longos anos de indiferença e de falta de perspectiva transformaram a questão dos aposentados numa das mais dramáticas, não só por representar um fato palpável mas também por envolver uma quantidade tão grande de pessoas.

Há atualmente no Brasil dez milhões de aposentados e o que ocorreu com eles foi simplesmente que numa conjuntura nacional delicada a corrosão de seus vencimentos deixou-os numa situação difícil. No período de 1979 a 1984, o reajuste dos proventos não acompanhou os índices elevados da inflação. Apesar de algumas correções nos últimos tempos, não mais se recuperou o antigo poder aquisitivo. Pessoas que se aposentaram com dez salários mínimos em pouco tempo estavam recebendo apenas cinco. Milhões de famílias tiveram seu padrão de vida rebaixado.

Chegou-se ao ponto em que mais de 90% dos aposentados ganham até três salários mínimos e a corrosão era tão violenta que, a continuar o mesmo ritmo de descenso, todos acabariam se igualando no mesmo mínimo, ou coisa pior ainda. Por isto, a questão dos aposentados estava queimando.

Mas a solução, como bem perceberam os constituintes, não pode ser tirada do fundo de uma cartola. Cada novo benefício — ou, como no caso da aposentadoria, a correção de um erro — deve sempre corresponder à busca do seu financiamento. Os aposentados brasileiros sabem que não há milagres prontinhos e empacotados para tapar da noite para o dia um buraco que foi sendo cavado pertinazmente em muitos anos.

Conseguido o acordo das lideranças que permitiu a votação da melhoria da aposentadoria, cabe agora aos legisladores e aos administradores buscar na própria sociedade os recursos que permitirão a reparação paulatina das injustiças.

Alguns segmentos da sociedade já gozam de uma

aposentadoria integral, correspondendo, em consequência de uma contribuição paralela em forma de fundos de pensão, ao último salário da ativa. Estão neste caso os juízes, os militares, os funcionários de estatais, os ex-presidentes, ex-governadores, ex-parlamentares e ex-vereadores com uma contribuição mínima de cinco anos. O contraste entre a aposentadoria razoável desta parcela e o benefício quase nulo da imensa massa triturada pelo rolo compressor do INPS provoca um sentimento de frustração nacional.

Uma estatística recente comprovou que cerca de 80% dos aposentados da Previdência Social têm de voltar ao trabalho depois dos 35 anos de serviço e contribuições, para combater o achatamento de sua renda. São mais de vinte anos de perdas salariais. É um longo período de frustração, durante o qual não amadureceu como devia o sentimento de organização dos aposentados. Uma massa de dez milhões poderia e deveria se organizar de forma mais agressiva, fazendo valer seus direitos e até exercitar, como em outros países, sua força política.

Organizados, os aposentados poderiam até eleger um presidente da República — quando houver eleição. Acontece nos Estados Unidos, onde o sentimento de cidadania jamais permitiria que a nação tratasse tão mal os seus velhos, os seus aposentados. Mas como acontece nos Estados Unidos, e também na França, na Itália, na Alemanha Ocidental, na Suécia ou nos países socialistas, em qualquer lugar onde a questão da aposentadoria se resolveu sem arestas, deve-se agora no Brasil montar a equação dos recursos financeiros. A Previdência, que, como o governo em geral, não cria recursos do nada, precisa acertar o passo com o que a Constituinte colocou no papel. Caso contrário, enquanto se prometerem benefícios sem a contrapartida dos recursos, continuaremos a viver num mercado de ilusões, sem futuro. Os aposentados que lutam por uma aposentadoria digna não merecem isso.